

A violência escolar

VALENTÍN MARTÍNEZ-OTERO
Profesor-Doctor de la Facultad de Educación, Universidad Complutense de Madrid

RENATA JARDIM DE MIRANDA
Coordenadora do Programa Saúde na Escola/As Cores da Adolescência ESP MG/SES MG

1. Introdução

A violência é a força (provém do latim *vis* = força) que se exerce contra as outras pessoas. Essas ações intencionais orientadas a prejudicar o próximo admitem gradação. No âmbito escolar, por exemplo, encontramos agressões físicas a colegas e a educadores que variam em intensidade: roubos, destruição intencional de material, insultos, burlas, ameaças etc. Essas são algumas manifestações da violência física ou psicológica que mais se repete nos centros escolares. Na Espanha, deparamo-nos com casos nos quais a situação se torna insustentável e alguns professores e alunos chegam a temer ir à escola.

A que se deve este fenômeno da violência escolar? Parece que o problema obedece a um conjunto de fatores (pluricausalidade). De um lado, deve-se ter presente que a escola experimentou grandes mudanças com o aumento da escolaridade do ensino. É frequente ouvir, por exemplo, que a positiva extensão da escolaridade obrigatória comporta um incremento dos alunos desmotivados e indisciplinados. Ou que os meios de comunicação, e particularmente a televisão, exercem sobre os estudantes, uma grande influência, às vezes pouco recomendável. Também não se deve esquecer que estamos em uma sociedade com altas doses de violência e que a escola não é um campo ilhado. Se existe violência na família, na rua e nos meios de convívio social, o estranho seria que esta não se manifestasse também nos centros escolares. Esta afirmação não é, em modo algum, uma justificativa, mas sim uma constatação da interdependência dos diversos âmbitos da complexidade da violência que, no sentido rigoroso exige um macroanálise.

Como em todo comportamento humano, a violência é resultado de uma emaranhada rede de causas, apresenta-se de diversas formas e em diferente intensidade, tanto por forças intrínsecas como extrínsecas. Fernández (1999, 31-34), por exemplo, ao analisar as causas da agressividade, distingue entre os fatores exógenos (contexto social, características familiares e meios de comunicação) e fatores endógenos (ambiente escolar, relações interpessoais e traços pessoais dos alunos em conflito).

2. Comportamentos antissociais nos centros escolares

Alguns autores (Moreno y Torrego 1999, 5-7) preferem dispensar a expressão “violência escolar” e se referem, em troca, a “comportamentos antissociais nos centros escolares”, locução que resultaria mais precisa por incluir condutas de natureza variada, que, a seguir, enunciamos e descrevemos, mesmo que os limites não sejam sempre claros. Entendemos que tal enunciação tende a ser mais objetiva e foca vários

Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação

ISSN: 1681-5653

n.º 52/3– 10/04/10

Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)

Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)



pontos importantes, tais como: perturbação nas salas de aula (ações que interrompem ou dificultam o ritmo das aulas, como falar fora de tempo, mover-se excessivamente, etc.); indisciplina (atrasos injustificados, não cumprimento das tarefas; falta de reconhecimento da autoridade do professor...); maltrato entre companheiros (*bullying* ou intimidação e vitimização entre estudantes, *mobbing* ou assédio, etc.); vandalismo e danos materiais (mesas, vidraças, paredes e armários destroçados; grafites com mensagens obscenas, ameaçadoras e que denigrem a imagem de personagens da comunidade escolar; queima de livros, dentre outros.); agressões sexuais (é um tipo de violência (invisível) que afeta, sobretudo, a população feminina e se concretiza em acusações, toques e em menor proporção, em violações); violência física (agressões, extorsões...).

Entre os comportamentos anti-sociais nos centros escolares, há que incluir os que produzem discriminação ou outras formas de maus tratos a pessoas ou grupos por motivos raciais, religiosos, políticos, etc. A sociedade, em geral, e a escola, em particular, são cada vez mais multiculturais, o que faz que cada vez em maior grau possa saltar as faíscas da intolerância em forma de racismo ou xenofobia. Estes comportamentos ocupam hoje, por direito próprio, um lugar entre as condutas sociais na escola. Por desgraça, estão à ordem do dia as notícias que dão conta de atos de violência que têm como protagonistas estudantes e familiares intolerantes com alguns alunos sejam pela cor da pele, o país de origem, a cultura ou as crenças. Os sucessos que difundem os meios de comunicação constituem talvez os casos mais notórios, mas sem dúvidas não são os únicos. Constituem a ponta do iceberg de um grave problema cotidiano em um número crescente de salas. Assim, pois, parece adequado incluir este tipo de ações entre os “compartimentos anti-sociais na escola”.

2.1. “Conflito multicultural”

Em primeiro lugar, há que insistir que temos experiência, como alunos e professores, de compartilhar os ambientes escolares com pessoas de diferentes nacionalidades, raça ou religião. Desta feita, podemos avaliar quão enriquecedora é para todos a convivência multicultural. A convivência multicultural, quando aliada a uma atitude pró ativa, de tolerância e respeito ao diferente, favorece a aquisição de novos saberes, aumenta as possibilidades de visão de mundo e agrega novos valores afetivos e cognitivos em cada indivíduo e na própria coletividade, ampliando as possibilidades de relacionamento pacífico e profícuo com o mundo.

Entretanto, é justo assinalar que o multiculturalismo - cada vez mais presente na sociedade e nos centros escolares- pode ser fonte de conflitos, sobretudo porque existe pouco preparo e muito desconhecimento neste âmbito. Entre os fatores que explicam o “conflito multicultural” na escola, há que assinalar os seguintes pontos:

- O preconceito contra grupos de culturas e etnias diferentes: São frequentes as visões rígidas e distorcidas (estereótipos) que levam a “explicar” a conduta dos outros.
- A dificuldade de comunicação, agravada pelo desconhecimento do idioma e da contextualização dos valores culturais, costumes e atitudes das pessoas com as que se divide espaço e tempo.
- A visão da pessoa/grupo de outra cultura como uma ameaça ao *statu quo* vigente.

- Assimetria de poder, que pode levar à prepotência de alguns e à exclusão e vulnerabilidade de outros. Como assinala o coletivo Amani (1996, 217), ao entender a realidade multicultural como conflito, encontramos grupos de pessoas com formas de poder distintas e diferentes oportunidades de acesso a este, o que implica que na aspiração por recursos não estão em igualdade de condições e que os símbolos e os códigos de comunicação se impõem da parte mais forte.

Como se pode presumir, qualquer tentativa de resolver este tipo de conflito passa por uma consideração do multiculturalismo como riqueza, como oportunidade de novos aprendizados e visões ampliadas e mais tolerantes de mundo. Na atualidade, a melhor proposta pedagógica para promover a conveniência entre culturas é a *educação intercultural*, enfoque este que, embora admita diferentes interpretações, pode ser definido como “a formação teórico-prática encaminhada a favorecer o intercâmbio construtivo entre culturas” (Martínez-Otero 2006).

Apesar da complexidade da educação intercultural, a definição que oferecemos enfatiza diversos aspectos a que convém recordar:

- É *formação* porque se busca o crescimento pessoal e social, na tripla vertente cognitiva, afetiva e comportamental, o que supõe que se devem proporcionar informações realistas e positivas sobre as outras culturas e promover o encontro emocional construtivo entre elas, para que as ações sejam congruentes. Por isso, podemos afirmar que é uma educação *para* a interculturalidade a partir da multiculturalidade.
- É *intercâmbio construtivo* porque se amplia o conhecimento da realidade humana, promovem-se valores positivos e avança-se rumo à convivência.

3. Vias de atuação

A resolução de conflitos não é algo simples, pois já comprovamos que são muitas as causas e as pessoas implicadas. É necessário, no entanto, progredir neste terreno se quisermos, verdadeiramente, que a escola seja um lugar idôneo para a educação e a convivência. Distantes devem ficar, felizmente, as intervenções baseadas na sanção, que cedem espaço a atuações mais “humanitárias”, onde se busca a reflexão, a implicação das partes, o acordo, a responsabilidade, o desenvolvimento pessoal e social. Entendemos ser esta a forma mais adequada de se conduzir qualquer proposta educativa que tenha o propósito de solucionar os conflitos escolares. Das intervenções exclusivamente punitivas, há que transitar às atuações globais e integradoras que tenham em conta a relação de cenário, o papel e as características dos “atores”, o estabelecimento compartilhado de normas e objetivos, assim como as alternativas ao conflito.

- Fernández (1999, 80-83) assinala acertadamente que a convivência se conquista quando se envolvem todos os agentes. A comunicação se converte assim num dos pilares da resolução de conflitos. Essa mesma autora identifica vários canais de atuação necessários para abordar os problemas de convivência:

- *Conscientização.* Significa tanto reconhecer os problemas existentes como perceber a necessidade de somar esforços para construir um clima social verdadeiramente educativo. A conscientização se apoia na análise da situação (recolha de dados, registro de incidentes etc.) e projeta-se na criação de um ambiente de convívio.
- *Adequação curricular.* Equivale a incluir de forma intencionada dentro das programações escolares os temas relacionados com o desenvolvimento pessoal (individual e social). Os documentos institucionais constituem um bom espaço de trabalho das comunidades educativas para prevenir e solucionar os conflitos de convivência. Assim mesmo, supõe-se que prestam atenção às vertentes manifestas e ocultas do currículo, procurando a harmonização de ambos. É bem conhecido que tanto os processos patentes (claros) como os latentes (ocultos) influem consideravelmente na educação.
- *Atenção individualizada.* Não basta preocupar-se com o grupo de alunos; requer-se, além disso, um apoio individual, mais precisamente pessoal, que leve a considerar cada educando em função de sua singularidade. Na atualidade esse tipo de atenção se centra quase por inteiro na dimensão intelectual e no rendimento acadêmico, pelo que deve completar-se com o cultivo da dimensão socioafetiva. Assim, são cada vez mais necessários, nos centros escolares, professores como os psicopedagogos e os educadores sociais.
- *Participação.* As pessoas que integram a comunidade educativa devem ser constantemente estimuladas a participar dos diferentes acontecimentos enriquecedores do ambiente. A participação não pode se reduzir às atividades da aula. Neste sentido, é um fato comprovado que o intercâmbio que se produz por motivo de aniversários, festas, graduações etc., entre alunos, professores, pais e demais integrantes da comunidade escolar e do entorno, é extremamente benéfico para a convivência.
- *Organização.* O estabelecimento da convivência é possível quando se coordenam os meios e as pessoas. É necessária uma estrutura que revigore o clima social e que seja suficientemente flexível para admitir mudanças. Em minha opinião, alguns traços que devem caracterizar as “organizações escolares de convivência” são:
 - Estruturas presididas pela colaboração. Foge-se da competição, da hierarquização e da rigidez.
 - As diferenças são vistas como aspectos positivos e não fontes de problemas.
 - Potencializa-se a comunicação. Busca-se espaço e tempo para o encontro e as relações interpessoais entre todos os seus membros: alunos, professores, pais etc.
 - Há implicação de todos os membros no estabelecimento de normas.

Depois de descrever de forma geral estas vias de ação favorecedoras da convivência nos centros escolares, passo seguidamente a concentrar-me, de um modo mais concreto, em outros elementos que bem podem contribuir para gerar um clima social de convivência harmônica:

3.1. A disciplina

O medo foi usado por um longo tempo no seio da instituição escolar com uma finalidade disciplinar de corte tirânico. Um dos significados da palavra 'disciplina' é 'instrumento que serve para flagelar'. Lamentavelmente este é o significado que prevaleceu em grande parte da história da educação. Obviamente, a disciplina é necessária, mas de modo algum tem de apoiar-se na pedagogia do medo. Por disciplina entendemos o conjunto de estratégias que se estabelecem na sala de aula para o adequado funcionamento do grupo. Pretende-se que os alunos, através de normas convenientemente dirigidas pelos educadores, alcancem os objetivos de formação previstos.

A disciplina não deve ser confundida com o autoritarismo e muito menos com a permissividade. Se as normas forem infringidas reiteradamente, a atividade educativa fracassará. Por esta razão, a solução da indisciplina deve se basear na análise exaustiva da situação, buscando os fatores que propiciem tal comportamento. Com a prática da reflexão e do diálogo e a aplicação de técnicas que capacitem os alunos e professores para o autocontrole e a capacidade de se responsabilizarem por suas próprias condutas, poderemos conseguir um ambiente pacífico e de convivência harmoniosa. O modelo de *disciplina do desenvolvimento pessoal e social* revela-se assim como o mais apropriado uma vez que propicia a auto reflexão do indivíduo, educando e educador, promovendo a interação reflexiva, a capacidade de se colocar no lugar do outro e aponta, de forma objetiva, a relação entre o comportamento e suas consequências.

Um papel fundamental na criação e consolidação de um ambiente presidido pela convivência é o que corresponde às normas. Tão importante é a importância das normas que sem elas não seria possível o entendimento entre os membros da comunidade escolar, nem se poderia levar a cabo nenhum projeto educativo.

A seguir, oferece-se uma relação de recomendações pedagógicas que permitem fazer um bom uso das normas (Cidad 1996, 206-207):

- Selecionar poucas, mas necessárias.
- Devem ser claras, razoáveis, realistas e fáceis de cumprir.
- Compartilhadas e não impostas.
- Sequenciadas conforme suas dificuldades.
- Controláveis e incontornáveis.
- Coerentes com o modelo pedagógico oferecido.

3.2. A mediação

A mediação é um método de resolução de conflitos em que uma terceira pessoa, o mediador, interpõe-se entre duas ou mais partes que alegam pedido de reconciliá-los. O mediador é imparcial e busca soluções satisfatórias para todos. É, ao mesmo tempo, facilitador, comunicador, orientador e negociador,

pois há de estar em condições de encontrar soluções, abrir canais de diálogo, guiar o processo de entendimento e adotar iniciativas que beneficiem as diversas partes.

Há uma série de funções que todo mediador deve estar preparado para realizar (Pruitt, 1981; Rubin, 1986; Rubin, Pruitt e Kim, 1994; citados por Alzate, 1998, 207-209):

- *Modificar a estrutura da comunicação.* Um bom mediador deve saber quando procede incrementar a comunicação entre as partes, quando esperar e quando entrar em contato direto.
- *Dosar o grau de publicidade da reunião e garantir o sigilo, quando se fizer necessário.* Um mediador competente deve ser capaz de gerar movimento em direção ao acordo através da variação sistemática do grau de publicidade do lugar onde se realiza a negociação.
- *Modificar os recursos.* Um mediador deve ser capaz de identificar e utilizar recursos que à primeira vista não são evidentes para os negociadores.
- *Identificar os problemas e suas alternativas.* Dá bons resultados, por exemplo, identificar os problemas através da discussão.
- *Agrupar e ordenar os problemas.* Isso permitirá abordar os problemas simultânea ou sequencialmente, conforme convier.
- *Estabelecer metas supraordenadas.* Supõe a introdução de metas que transcendam o conflito, que sejam compartilhadas pelas duas partes que requerem a colaboração de todos para serem alcançadas.
- *Permitir que se realizem concessões.* O mediador deve estimular, nas partes, a realização de concessões que permitam a aproximação das posições.
- *Criar confiança.* É fundamental gerar confiança quando se quer negociar de maneira racional e bem-sucedida.
- *Temperar as emoções.* O mediador deve treinar os negociadores na identificação, expressão e controle das emoções.
- *Solucionar a necessidade de autonomia.* Os negociadores devem envolver-se no processo e estar motivados para o acordo.

3.3. Competência social

A competência social é uma das vias apropriadas para prevenir e resolver conflitos. Com a expressão “competência social” nos referimos a processos cognitivos e afetivos positivos que se traduzem em condutas valorizadas pela comunidade. Trata-se de comportamentos hábeis que favorecem a adaptação, a percepção de autoeficácia, a aceitação do outro e os reforços agradáveis, isto é, o bem-estar psicossocial.

O Programa de Desenvolvimento Pessoal (P. D. P) (Martínez-Otero 2000) pode contribuir para incrementar a competência social. É um instrumento hetero-administrado encaminhado a favorecer o aperfeiçoamento do educando, tanto quanto ao cultivo de sua liberdade responsável, quanto a potencializar sua abertura para a realidade. O que se pretende é que o adolescente, de sua singularidade, mostre plenamente sua personalidade e se auto governe. Este programa oferece aos educadores a possibilidade de promover a formação de adolescentes em quatro áreas: afetividade, comunicação, atitudes e valores. O mesmo pode ser uma ferramenta de intervenção educativa muito apropriada para a prevenção dos conflitos de convivência nos centros escolares de ensino secundário.

4. Conclusões

Em suma, os comportamentos anti-sociais e a violência são realidades cada vez mais presentes nas instituições educativas e como se viu ao longo do estudo, obedecem a múltiplas causas. Esta etiologia plural, por sua complexidade, não oferece respostas prontas, muito menos fórmulas mágicas capazes de sanar quaisquer problemas. Requer empenho de todas as partes envolvidas, onde o respeito e a capacidade de escuta são condições fundamentais para que se chegue a um consenso que possa satisfazer minimamente as partes envolvidas e que possa atuar como fator de crescimento pessoal e grupal. Reafirmamos assim a necessidade do diálogo reflexivo e da escuta, insistindo na necessidade de transitar a uma *pedagogia da convivência* erguida sobre os seguintes pilares:

- O estímulo à comunicação e às relações interpessoais. Educação se faz pela paz, alicerçada na convivência tolerante, no respeito e na participação.
- A atenção às minorias. Será necessário abandonar práticas discriminatórias e segregacionistas, buscando a adoção de modelos educativos inclusivos, que apostem pela integração de todas as pessoas, independente de etnia, raça, cor, religião ou se portadoras de alguma deficiência.
- Apoio interinstitucional e intersetorial que promova a parceria e o espírito de se trabalhar em equipe de forma complementar e interativa, levando sempre em conta a necessidade de compromisso de toda a comunidade escolar no sentido de que cada um se torne um agente ativo de mudança. A mobilização e a sensibilização da comunidade e de toda a sociedade podem ser mais efetivas se os meios de comunicação passarem a ser aliados neste processo educativo e ocuparem um espaço de maior responsabilidade que contribua para a formação integral e livre de preconceitos dos cidadãos e cidadãs de cada país deste grande planeta.

Referências

- Alzate, R. (1998): *Análisis y resolución de conflictos. Una perspectiva psicológica*, Bilbao, Universidad do País Basco.
- Avilés Martínez, J. M. (2003): *Bullying. Intimidación y maltrato entre el alumnado*, Bilbao, Stee-Eilas.
- Cerezo, F. (2001): *La violencia en las aulas*, Madri, Pirámide.
- Cidad, E. (1996): *Modificación de conducta en el aula e integración escolar*, Madrid, U.N.E.D.
- Colectivo Amani (1996): *Educación intercultural. Análisis y resolución de conflictos*, Madri, Popular.

- Fernández, I. (1999): *Prevención de la violencia y resolución de conflictos*, Madri, Narcea.
- Martínez-Otero, V. (2006): *Comunidad educativa. Claves psicológicas, pedagógicas y sociales*, Madrid, CCS.
- Martínez-Otero, V. (2001): "Convivencia escolar: problemas y soluciones", en *Revista Complutense de Educación*, Vol. 12, nº 1, pp. 295-318.
- Martínez-Otero, V. (2000): *Formación integral de adolescentes. Educación personalizada y Programa de Desarrollo Personal (PDP)*, Madri, Fundamentos.
- Moreno, J. M. y Torrego, J.C. (1999): *Resolución de conflictos de convivencia en centros escolares*, Madri, U.N.E.D.
- Olweus, D. (1998): *Conductas de acoso y amenaza entre escolares*, Madri, Morata.
- Ortega, R. (1996): "Las relaciones entre compañeros/as escolares", en A. Goñi (ed.): *Psicología de la educación sociopersonal*, Madri, Fundamentos.